



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL ZONA SUL 2 DO PL 127/23
LOCAL: BIBLIOTECA MUNICIPAL VIRIATO CORRÊA – V. MARIANA
DATA: 24 DE ABRIL DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Na qualidade de Relator do PL 127/2023, membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; e hoje presidindo esta audiência, declaro abertos os trabalhos da 15ª Audiência Pública de 2023, sendo a 11ª ao PL 127/2023, revisão do PDE, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes. Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu artigo 4º.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, pelos canais da Câmara Municipal no YouTube e Facebook e pela TV Câmara canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 5 de abril no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, no dia 7 de abril no jornal *O Estado de S. Paulo* e no dia 8 de abril no jornal *Folha de S. Paulo*.

As inscrições para pronunciamento poderão ser feitas, neste momento, com a Secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado pelo Sr. Guilherme de Brito, Diretor de Divisão da Planurb; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura – quem nos cedeu este espaço para realização da audiência pública –; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito; João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação; Carlos Alberto Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Luis Felipe Miyabara, Subprefeito de Vila Mariana; Adinilson de Almeida, Subprefeito do Ipiranga; Roberto Bonilha, Subprefeito do Jabaquara; Alan Eduardo do Amaral, Subprefeito do Campo Limpo; Claudio Schefer Jimenez, Subprefeito de Capela do Socorro; Rogério Balzano, Subprefeito de Cidade Ademar; João Paulo Lo Prete,

Subprefeito de M'Boi Mirim; Marco Antônio Furchi, Subprefeito de Parelheiros; Thamyris Nagell, Subprefeita de Santo Amaro; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor e Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo; e Dr. Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público-Geral da Defensoria Pública-Geral.

Peço aos representantes dos convidados que, por favor, se identifiquem.

Passemos à pauta da 11ª Audiência Pública Regional Zona Sul 2 ao PL 127/2023.

Presente a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, que compõe a nossa comissão.

Vereadora, gostaria de fazer uso da palavra?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Primeiro, a apresentação do Sr. Guilherme Brito, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e Diretor de Divisão da Planurb; e depois vamos ouvir a população.

Por favor, Guilherme.

O SR. GUILHERME DE BRITO – Primeiro, quero agradecer a oportunidade de apresentar o projeto de lei enviado do Executivo à Câmara, que trata da revisão do Plano Diretor Estratégico, enviado em março.

Podemos iniciar a apresentação, que é bem rápida. Ela tem uma introdução, uma linha do tempo, o processo participativo da Etapa 3, a última, e o projeto de lei.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. GUILHERME DE BRITO – Introduzindo, a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico visou o aprimoramento da lei com a realização de ajustes em dispositivos para que suas diretrizes e objetivos estratégicos sejam alcançados até 2029. Ela ocorreu de forma participativa em três etapas sucessivas, possibilitando o necessário aprofundamento das análises técnicas para elaboração da proposta do projeto de lei encaminhado ao Legislativo.

Essa é uma linha do tempo, que se inicia com monitoramento e diagnóstico. O monitoramento é uma atividade desempenhada por Planurb constantemente. Desde a promulgação do Plano, em 2014, ele tem sido monitorado e culminou, em 2022, num diagnóstico. Esse diagnóstico está disponível no *site* do Plano Diretor SP, bem com todos os outros documentos dessa linha do tempo.

Esse diagnóstico foi o documento base para a Etapa 1, que se iniciou em abril de 2022 com os canais de participação das oficinas presenciais, nas 32 subprefeituras, o Participe Mais e audiências e reuniões. Todos esses canais foram sistematizados em um relatório da participação social e culminaram no relatório de escopo da revisão, definindo o escopo que se estava procurando nessa revisão intermediária.

Na Etapa 2, em setembro de 2022, se iniciaram, com esse escopo como documento base, os próximos canais de participação, que foram o Participe Mais, os formulários *on-line*, os formulários físicos nas subprefeituras, as reuniões com conselhos, uma agenda indígena e um seminário presencial. Tudo isso culminou em 22 relatórios temáticos e na minuta prévia do projeto de lei.

Essa minuta prévia foi então disponibilizada também nos canais da Etapa 3, que foram o Participe Mais, formulário *on-line*, as reuniões com os conselhos e as audiências públicas, que culminaram então, em março de 2023, no projeto de lei que foi encaminhado.

Só retomando o que foi essa Etapa 3 do processo participativo, ela teve 20 atividades, compreendendo uma consulta pública em meio eletrônico, três audiências públicas presenciais e virtuais, e debates em 16 conselhos municipais, totalizando 4.388 contribuições sistematizadas e analisadas pela área técnica.

Como a minuta estava disponível durante a Etapa 3, a gente conseguiu extrair alguns dados deles, então esse gráfico representa os temas que mais surgiram por tipo de... por cada um dos artigos da minuta. E os destaques são para o Art. 15, que são as áreas não computáveis nos eixos; o Art. 24, que trata da cota de solidariedade; e os Anexos 1 e 2, que tratam da

alteração dos fatores sociais e de planejamento.

Esses são os temas que vieram. Todas as contribuições foram classificadas tanto pelo artigo como por um subtema, e esses são os principais subtemas, que são as áreas verdes e o Quadro 7, os Eixos de Estruturação de Transformação Urbana, o Sistema Municipal de Planejamento e instâncias de participação social e os instrumentos e ordenação e reestruturação, como o PIU e a Operação Urbana.

Então o projeto de lei da revisão intermediária é o resultado da combinação entre as contribuições da população no processo participativo e a avaliação técnica e jurídica pelas equipes de SMUL e interlocução com os demais setores da administração pública. Então foi feito um trabalho, por exemplo, com a Secretaria do Verde, com a Secretaria de Habitação, com diversas outras secretarias, para a gente conseguir fazer uma... refletir também algumas demandas desses setores.

Ali à direita está cortado, mas ele é um gráfico mostrando como as etapas vão adensando todo o material que a gente vai recebendo no processo participativo, culminando lá no final no projeto de lei encaminhado, que possui 75 artigos e é dividido em 12 capítulos.

Esses são os cinco títulos do Plano Diretor atual, que iniciam com as abrangências, os conceitos, os princípios e objetivos no Título 1; no Título 2 vai falar da coordenação territorial; no 3, da política dos sistemas urbanos ambientais; no 4, fala da gestão democrática e o sistema de planejamento; e o Título 5 fala das disposições finais transitórias. Se concentram principalmente nos Títulos 2 e 3 as principais alterações do Plano, porque ali é onde se encontram as políticas setoriais e os instrumentos.

Esse é o último *slide* mostrando rapidamente todos os temas que foram alterados, incluindo, por exemplo, as mudanças climáticas, as questões de ZEIS e HIS, Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular, as Zonas Especiais de Proteção Cultural, os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, os Instrumentos Indutores da Função Social da Propriedade, como a PEUC, a cota de solidariedade, a outorga onerosa do direito de construir, a transferência do direito de construir, os instrumentos de ordenamento e reestruturação, PIU, a

Operação Urbana, a Área de Intervenção Urbanística, os instrumentos de gestão ambiental e, por último, os instrumentos de regularização fundiária, no Título 2.

Para o Título 3, que são as políticas setoriais. Tivemos alterações na Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável, no Sistema de Infraestrutura, na Política e Sistema e Saneamento Ambiental, no Sistema de Mobilidade, no Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais.

No Título 4, algumas alterações nas questões de Gestão Democrática e no último Título algumas questões de Zepam, que são as Zonas Especiais de Proteção Ambiental.

Essa é a nossa apresentação, o recorte que trouxemos hoje para a audiência. Finalizo aqui. Agradeço novamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Guilherme.

Agradeço, em seu nome, à Secretaria de Urbanismo e Licenciamento.

Registro a presença dos representantes do Vereador Adilson Amadeu, Sra. Rosalia Valeska e o Sr. Sergio Branco.

Cumprimento e agradeço a presente dos representantes do Sr. Luiz Felipe Miyabara, Subprefeito da Vila Mariana, o Sr. Magal Guerra, Chefe de Gabinete da Subprefeitura, para quem indico um lugar na mesa, se quiser marcar presença.

Mais uma vez lembro que as inscrições estão abertas, em cima, à esquerda do palco e à direita de quem olha para o palco.

Chamo a primeira inscrita a Sra. Adriana Guimarães, que representa o Cades - Campo Limpo.

Lembro que há um tempo regimental de três minutos para cada participação.

A SRA. ADRIANA GUIMARÃES – Boa tarde a todos.

Sou conselheira eleita pelo Cades - Campo Limpo. Vim representar os munícipes de Capão Redondo, Vila Andrade e Campo Limpo.

Eu gostaria de dizer que essa região é gigantesca e tem pouquíssimas áreas verdes. Estamos no limite mínimo de áreas verdes possíveis para a região. Há alguns parques previstos

desde 2009, como é o caso do Parque Linear Itapaiunas, que nunca saiu do papel. Há o caso do Parque Capadócia que acabou de ser retirado do PDE, porque foi completamente destruído e tomado por ocupação irregular. A gente tem o caso do Horto do Ipê que está sendo perdido também nesse processo.

Deixo um registro de comparação dessa região, enquanto outras regiões de outras subprefeituras têm, por exemplo, uma praça para 500-600 habitantes, Campo Limpo tem uma praça para cada oito mil habitantes.

É muito grave o que acontece por lá. Nós temos cinco parques apenas para toda população que hoje beira a 700 mil habitantes. Acabamos de perder mais um parque que estava previsto no PDE, porque virou corredor verde.

É urgente que tenhamos a implantação de todos os nove parques que estão previstos, seja pelo PDE de 2014, pela revisão do PDE de 2014, o projeto de lei que também é o caso de Cabeceiras de Caboré.

Agora tem um monte de gente pedindo a ampliação do Parque Burle Marx. Lembrando que a região de mata em volta do Parque Burle Marx, Linear de Itapaiunas, Horto do Ipê são as últimas... a gente não tem mais condição de perder parque.

Eu gostaria de pedir um pouco de atenção para a necessidade de manter essas áreas verdes, implantar o que está previsto, implantar o Planpavel. Não adianta fazermos planos lindos sem tirá-los do papel. O Planpavel prevê, por exemplo, a implantação de corredores verdes. A gente praticamente não tem mais, não há mais condições de perder área verde.

Era isso. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sra. Adriana.

Convido a segunda inscrita, a Sra. Fabiana Domingues Lisboa, munícipe de Santo Amaro.

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – Boa tarde.

Vou pedir um pouquinho de paciência porque eu esqueci os meus óculos de perto e está ruim, não é? (Pausa) Ah, está ótimo. Obrigada.

Meu nome é Fabiana Domingues Lisboa. Sou moradora da zona Sul e eu vi que existe um debate muito grande a respeito da utilização do Fundurb para tapar buraco e recapeamento, mas eu não vejo necessidade de tirar recursos de uma população que é tão carente para atender a essa demanda. Esses recursos podem ser obtidos com aplicação de multas e sanções por despejo de restos de obras nas galerias pluviais, citando como exemplo a obra que está sendo executada na Avenida Mário Lopes Leão, em Santo Amaro, na galeria, causada exatamente por uma ou mais construtoras que entupiram o local. A multa, segundo o jornal *Bom Dia São Paulo*, foi entre 25 e 40 mil reais. Quem é que custeia a troca dessas galerias? É a população. Além de ser um crime ambiental, se houver uma fiscalização, nos últimos quatro anos, das construtoras que cometeram irregularidades, nós vamos ter dinheiro para tapar todos os buracos da cidade. Então, eu peço a intensificação da fiscalização e o aumento dos valores das multas.

Outra coisa: na revisão desse PDE, não há uma formação com arquitetos e engenheiros independentes, nem da Prefeitura, nem ligados a uma construtora. Então, é preciso formar uma comissão de notáveis, de arquitetos, de engenheiros, de faculdades, de escritórios renomados não ligados a construtoras, para que, quando o Relator terminar o relatório, ele seja submetido a essas pessoas e elas avaliarão os impactos para toda a sociedade, porque hoje em dia não é preciso ver muito longe. Aqui, nesta própria avenida, vemos quem é que está mandando em São Paulo. É grua para todos os lados.

Outra coisa: quero saber qual é a inclusão da mobilidade, nesse plano, para o pedestre, porque o pedestre nunca é citado. Então, vou citar um exemplo. Na Avenida João Dias, 1.645, há um quadrilátero cercado de colégios e, ali, moto, carro, avança tudo para cima do pedestre, atravessando uma via com criança. A CET é lá, na esquina com a Laguna. Vamos conversar e dizem: “Não posso fazer nada. Ainda, se eu multar, eles vão me bater.” Assim, é preciso modernizar a cidade, colocando-se câmeras, primeiramente, para educar e, depois, se não aprender a lição, para multar.

Falando em relação à moradia de HIS-1, eu vi que, no Centro, onde acabou de se

aprovar o PIU, no antigo prédio da Telefônica, já foram autorizadas essa e outras construções de alto padrão, até com centro gastronômico, sendo que o Centro da cidade é muito bem servido de transporte e infraestrutura. Não se tem de colocar ali quem vai morar em um apartamento de três ou quatro dormitórios, de 160 metros quadrados. Não pode ser assim. Nessa revisão de PDE, é preciso haver uma reserva para o HIS-1 e o HIS.

Por fim, fala-se tanto em construir parque. É parque para cá, parque para lá. Superapoiar preservar o Burle Marx. Peguei um matinho da praça da porta da minha casa, em Santo Amaro, no fundo do Transamerica Expo Center. Há vários protocolos há meses. Mudou até a Subprefeitura. É recente, mas, assim, o meu IPTU chegou: R\$ 2.500,00 e lá vai. Aí, a pediatra me mandou levar meu filho para andar de bicicleta e para jogar futebol. Eu pergunto: a uma praça que é um terreno, com árvores, tudo, caindo, e um mato deste tamanho, alguém tem coragem de levar o filho para jogar futebol, para andar de bicicleta? Nós não estamos pedindo favor. Preservar parques, sim, é preciso. É preciso preservar o Burle Marx e é preciso fazer um *retrofit* nas praças. Não pode continuar assim, tudo caindo na nossa cabeça. Façam uma parceria para as construtoras reformarem as praças, porque dinheiro em caixa há. Isto é uma vergonha.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sra. Fabiana. Cuidado com os óculos.

Essa é a prova da participação democrática, até os óculos emprestado eu já tenho na audiência. Sé lembrando, o tempo regimental da participação de cada um são três minutos. Quero anunciar a presença da Sr. Thamyris Nagell, Subprefeita de Santo Amaro. Seja bem-vinda. Anunciar a presença do Sr. Leonardo que representa o Subprefeito de Cidade Adhemar, Coordenador de Esportes na Subprefeitura.

Próximo inscrito, Sr. Roberto Delmanto Junior, SOS Panamby.

- Manifestação do público.

O SR. ROBERTO DELMANTO – Boa tarde.

Depois dessa recepção calorosa dessa grande comunidade do SOS Panamby; Sr.

Vereador Rodrigo Goulart muito obrigado por nos receber, Sra. Vereadora Silvia. É uma grande honra estarmos aqui. Somos, hoje, 25.249 pessoas assinando a petição pública pela ampliação do Parque Burle Marx. Gente, isso não é pouca coisa! São 25 mil pessoas pela ampliação do Parque Burle Marx. Não é interesse de um grupo próximo ao parque. Não. São 25 mil munícipes de São Paulo, de toda Vila Andrade, de toda a região do Campo Limpo, que clamam, pedem a ampliação do Parque Burle Marx. Porque ele não foi incluído no quadro 7 pelo Sr. Prefeito Ricardo Nunes e nós fizemos mais de 800 sugestões e é um negócio complicado, porque você tem de cadastrar, acessar. Difícil. Muita gente não conseguiu pedindo para incluir no quadro 7 as áreas envoltórias do Parque Burle Marx. Porque não existe Mata Atlântica na beira do Rio Pinheiros como aquela área.

A única maneira de proteger aquela Mata Atlântica toda é com a ampliação do Parque Burle Marx, incluindo no quadro 7 os terrenos da área envoltória desse parque. Quem passa pelo Parque Burle Marx acha que toda aquela montanha verde é parque. Mas não! Estão projetados pela Camargo Correia, pela Cyrela a construção de dezenas de torres e se nós desmatarmos, na época - estamos nessa luta há oito anos - eram mais de cinco mil árvores a serem retiradas. E aquilo vai acabar. Tivemos o depoimento da Dra. Adriana Guimarães falando de toda a situação caótica da falta de parques naquela região. Já temos o parque Global que é uma cidade monumental que está sendo construída a menos de mil metros do Parque Burle Marx. Agora querem derrubar toda aquela montanha verde. Derrubar a frente do Parque Burle Marx para construir mais torres. Estão lutando na justiça pelo direito. Nós conseguimos.

O Ministério Público Federal conseguiu uma liminar proibindo, há sete anos, deles tocarem naquela área, porque eles iam roçando a Mata, cavando buracos ao lado das árvores para elas tombarem. E nós conseguimos uma Liminar do Ministério Público Federal proibindo e hoje teve um laudo recente do Ministério Público Federal, a Mata está em alto estágio. A Mata Atlântica está em alto estágio de regeneração. E as construtoras vão lutar até o Supremo Tribunal Federal para poder derrubar aquilo e construir. A única maneira é pedir para a Câmara de Vereadores, para o Sr. Vereador Rodrigo, Vereadora Silvia, incluir essa área no Parque. A única

maneira de preservar é ampliar o Parque Burle Marx.

Agradeço a todos vocês. Estaremos em todas as audiências públicas, nesse sentido, dando esse apoio. Muito obrigado. (Palmas)

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Roberto.

Também anuncio aqui a presença da Sra. Márcia Dias, coordenadora de CPDU, representando aqui o Subprefeito de Campo Limpo.

Vou chamar o próximo munícipe, Sr. Ricardo Cardim.

O SR. RICARDO CARDIM – Boa tarde a todos. Obrigado pelo espaço.

Sou Ricardo Cardim, cidadão de São Paulo, botânico e paisagista. Bem, primeiro eu quero lembrar o passado da cidade de São Paulo. São Paulo era cidade dos rios, a cidade da Mata Atlântica, lembrando que a Mata Atlântica é um dos ecossistemas mais biodiversos do mundo, um *hotspot* mundial conhecido globalmente. E o que acontece é que São Paulo está dentro dessa Mata Atlântica que foi agressivamente destruída ao longo do século passado, a ponto de ter praticamente se exaurido de toda a metrópole. O que a gente vê hoje são pequenas manchas de Mata Atlântica, degradadas e ameaçadas, que sobreviveram numa cidade com mais de 11 milhões de habitantes.

E falando dos rios. O que aconteceu com os nossos rios? Rio Tamanduateí, Aricanduva, Pinheiros, Tietê, completamente degradados, agora, vieram com uma proposta de colocar ciclovias e motos na beira do Tietê. O Pinheiros? Sobrou apenas um pedaço de floresta em sua mata ciliar, apenas um pedaço, o único pedaço significativo de Mata Atlântica está hoje onde é o Parque Burle Marx e os arredores, principalmente nos arredores, porque o Parque Burle Marx é um engodo para a população. Quando eu era criança, cresci na Granja Julieta, eu achava que tudo era Parque Burle Marx, depois eu descobri que era uma peça de quebra-cabeça, apenas um pedacinho de Mata Atlântica, cercado de um monte de terrenos que estavam reservados a edificações e não ao parque.

Quero lembrar como botânico que a Mata Atlântica só funciona como organismo,

como um todo, Mata Atlântica não vive fragmentada em pedacinhos, ela morre, ela pode não morrer que nem a gente em 10 minutos com uma facada, mas ela morre em 50, 100 anos pela falta de biodiversidade, falta de conexão, falta de animais, erosão genética e uma série de problemas que a ciência tem toneladas de evidências científicas para mostrar.

Então, meus senhores, o único jeito de a gente salvar o último pedaço de remanescente de Mata Atlântica significativo, da Mata ciliar do Rio Pinheiros para as futuras gerações é a ampliação do Parque Burle Marx. Mata Atlântica não se regenera pelas mãos humanas, como trabalho Divino, a gente não consegue ainda regenerar uma Mata Atlântica de verdade, então a destruição da Mata Atlântica é para sempre, e se a gente colocar torres dentro dessa área de ampliação do Parque Burle Marx, será o fim dessa Mata Atlântica e teremos apenas um quebra-cabeças, que é um pedacinho minúsculo de Mata Atlântica chamado Parque Burle Marx, que estará fadado a morte ao longo de algumas décadas.

Também quero lembrar que entre o Parque Burle Marx e a Avenida Marginal Pinheiros temos alguns dos últimos trechos de brejinhos do Rio Pinheiros. Quando fez ali o seu projeto paisagístico Burle Marx deixou pedaços de brejos com as plantas típicas dos brejos do Rio Pinheiros, aquele local que hoje estava prevista uma construção de torres, eu cheguei a ver uma maquete eletrônica, ali é onde temos as últimas espécies de vegetação aquática do Rio Pinheiros com o material genético. São os últimos moicanos. Se a gente destruir essas últimas plantas se perderá para sempre a genética dos rios ancestrais paulistanos. Então, ampliar imediatamente o Parque Burle Marx. Obrigado. (Palmas)

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sr. Ricardo.

Comunico mais uma vez que as inscrições continuam abertas ali em cima, ao lado direito de quem olha aqui para o palco.

Vou chamar a próxima inscrita, Sra. Amanda Signorini, é isso, né Amanda? Da Associação Amigos do Panamby, lembrando os três minutos regimentais.

A SRA. AMANDA SIGNORINI – Boa tarde.

Sou Amanda Signorini, sou moradora do Panamby, sou membro da Associação Amigos do Panamby SP, responsável pela Praça Airton Senna, por manter algumas áreas verdes do bairro e também sou membro eleita do Cades Campo Limpo.

Queria, para reforçar tudo o que já foi dito, trazer alguns números para vocês da região do Campo Limpo, como a Adriana já disse, que envolve Capão Redondo, Vila Andrade e Campo Limpo. Das 30 regiões de São Paulo, Campo Limpo ocupa a 24ª. Mesmo com o Parque Burle Marx, remanescente Mata Atlântica, a gente só está na 24ª posição em relação à cobertura vegetal, de acordo com o Planpavel. São Paulo, que não é nenhuma referência, tem 62 metros quadrados de cobertura vegetal por habitante. Campo Limpo tem menos de 14. Por isso é que a gente está aqui trazendo esses números, para sensibilizar.

Além disso, a gente vive em uma área com alta vulnerabilidade social, o que acaba impactando ainda mais a necessidade de mais verde nessa região. Área de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade têm os maiores índices de vulnerabilidade social de São Paulo, entre 15% e 45%.

Outra informação superrelevante para a gente falar é o PanClima. Porque toda a parte do PDE e toda essa questão de revisão do Plano Diretor também passa pelas metas de clima. Vou ler rapidamente o item 2 do PanClima, referente aos objetivos gerais: implementar as medidas necessárias para fortalecer a resiliência do município, reduzindo as vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais da população paulistana, aumentando a sua capacidade de adaptação. E, aí, há os lemas do PanClima, que são: rumo ao carbono zero; adaptar a cidade de hoje para o amanhã; proteger pessoas e bens; Mata Atlântica, precisamos de você, gerar trabalho e riqueza sustentáveis.

Por que tudo isso? Porque tudo isso tem a ver com o que a gente está revisando e o que a gente está pedindo, porque a gente precisa tirar do papel os nove parques que estão no Planpavel. A gente está falando do Linear Itapaiúna, Clipperton, Morumbi Sul, Feitiço da Vila, Horto do Ipê, Cabeceira do Caboré, Comunidade Aureliano, Campo Limpo e inclusão da ampliação do Parque Burle Marx.

Isto é muito importante: tirar do papel. A morosidade do Poder Público está fazendo a gente perder as áreas remanescentes. A gente precisa agir rápido. Tem muita gente no Campo Limpo, e essa questão de ter mais áreas verdes, corredores verdes, parques, praças influencia diretamente na qualidade de vida das pessoas e para o futuro das próximas gerações. A gente não quer sofrer como a Índia vem sofrendo com o aquecimento global, com mortes de pessoas. E essa área do Campo Limpo, com a alta vulnerabilidade social que a gente tem, vão são as pessoas mais impactadas, porque não tem área de lazer e não tem verde. Vão ser as principais impactadas, como aconteceu em São Sebastião, que, devido a ocupações irregulares, essas pessoas são ameaçadas. Vamos cuidar do verde para a gente poder cuidar das pessoas. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Amanda.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, Sr. João Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Boa tarde, Sra. Vereador Sílvia da Bancada Feminista e Sr. Vereador Rodrigo Goulart, relator do projeto; Sr. Subprefeito e representantes presentes e, acima de tudo, o principal, os donos desta cidade, o povo aqui presente. (Palmas).

Eu gostaria de pegar nesse tema. Eu não conheço o Parque Burle Marx, vocês conhecem e estão falando bastante bem sobre o assunto. Mas eu lamento que o Presidente desta Comissão, Vereador Rubinho Nunes, não esteja aqui presente para ouvir o que o pessoal está falando do Parque Burle Marx. Porque o Vereador Rubinho, na audiência de sábado, lá no CEU Rosa da China, defendeu que é bom ter parques, mas que tem que entregá-los para a iniciativa privada porque é caro de manter. Mas, olha, quanto ao Parque Ibirapuera, a Urbia pediu 42 milhões para a Prefeitura, a título de compensação, por perdas durante o período da pandemia. Bom, a pandemia só atacou o Ibirapuera? A turma toda lucrou com isolamento social? Por esse critério, eu peço aos Vereadores que façam uma lei que me dê uns trocados, porque eu tive que me endividar no banco, para honrar com os meus compromissos. Não pedi para a Prefeitura. Então, eu acho que essa é uma questão importante.

Mas eu queria levantar outro aspecto. Olhe bem, Vereador. Nós fizemos algumas audiências com meia dúzia de gatos pintados nuns auditórios imensos. Essa aqui estava na cara que ia encher. Aí nós temos um auditório pequeno. Agora, eu acho sinceramente, para que haja participação social, que nós precisamos ter uma audiência por cada subprefeitura. Essa é a questão. No caso da Sé, sozinha forma uma macrorregião, e todas as outras são três ou quatro subprefeituras. Eu acho que tem até que haver mais que uma audiência lá, mas nós temos que ter, pelo menos, uma por subprefeitura e eu digo o porquê. Na fase do Executivo, quando eu acompanhei, de perto, porque eu sou do Conselho Municipal de Política Urbana, nada, absolutamente nada, nem uma vírgula para dar de alegria para nós foi aproveitado daquilo que a sociedade civil propôs. É como se nós fôssemos mais de doze milhões de incapazes, para fazer uma proposta aproveitável para a revisão do Plano Diretor. O projeto que está, na Câmara, é o projeto do sindicato das incorporadoras, *ipsis litteris*. Essa é a realidade. Então, a gente fica até com uma impressão, fica assim, com um cheiro de queimado no ar, que dá ideia de que a participação social foi substituída pela participação societária. (Palmas)

Então, eu peço aos Srs. Vereadores que corrijam esse problema, porque, reparem, 53 audiências, em dois meses, às dez da manhã, uma da tarde e cinco da tarde, no mesmo dia, dois a três dias por semana, na Câmara, Vereadores, na audiência de participação social, havia quatro munícipes, quatro que assinaram a lista de presença. Três falaram. Um inclusive falou com um tema que não tinha nada a ver, que era contra o IPTU progressivo - participação social.

Então, para encerrar, eu peço aos senhores que revertam, que não repitam esse erro, que não repitam essa situação, que deixa esse cheiro de queimado no ar e que haja realmente participação social, que seja discutido com a sociedade, a começar por uma audiência pública em cada subprefeitura. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Tem a palavra a Sra. Ana Aragão, da SOS Panamby e Parque Linear Caxingui.

A SRA. ANA ARAGÃO – Obrigada.

Eu vou falar pelo SOS Panambi e também pelo Parque Linear Caxingui. Fiz uma

colinha aqui e eu quero dizer o seguinte, que nós nunca tivemos uma mobilização, uma angústia, sobressaltos assim diários, uma preocupação tamanha com a destruição de uma cidade que está sendo apagada e aniquilada por aquela que deveria ser a nossa representante, por aqueles que deveriam nossos representantes, que é o Prefeito e mais todo o secretariado, enfim. O Executivo é que deveria nos proteger, nos atender e nos ouvir. Então, eles se transformaram nos nossos algozes, a serviço da especulação imobiliária predatória. Isso é o que nós estamos vendo o tempo inteiro.

Estão sendo apagadas as memórias culturais, ambientais e também arquitetônicas dos nossos bairros. O Executivo não colocou, apesar dos pedidos constantes e todas as manifestações que nós estamos fazendo, o Parque Burle Marx, no quadro 7 do Plano Diretor, assim como também não colocou o Parque Linear Caxingui. É uma luta que nós estamos tendo e nós estamos pedindo isso desde 2014.

Nós temos comparecido a absolutamente todas as audiências públicas, com o mesmo pedido, sem que isso tenha sido atendido, e é de extrema importância. Os senhores ouviram aqui o Ricardo Cardim e o Roberto Delmanto, pois é com a mesma preocupação que todos nós estamos aqui, toda essa quantidade de gente.

E, olha, quero dizer também que você fazer audiência pública num espaço tão pequeno para uma cidade tão grande é impossível ouvir as reivindicações de todos. Porque olha, só o nosso grupo praticamente lotou esse auditório, que é pequenino assim.

Então eu gostaria de pedir mais uma vez, por favor, que nós sejamos ouvidos e que nós sejamos prestigiados.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sra. Ana.

Antes de passarmos para o próximo inscrito, gostaria de apontar alguns lugares na frente, se tiver alguém que não tenha se acomodado, por favor, temos assentos aqui.

Próximo inscrito é o Sr. João Afif, representando a AMAC Cambuci. É isso, Sr. João?

O SR. JOÃO AFIF – Perfeito.

Sou João Afif, sou advogado, sou diretor jurídico da AMAC, associação que representa a região do Cambuci, também parte da Vila Mariana e Ana Rosa, participo ainda do Conseg aqui da nossa região, que pega boa parte da Vila Mariana.

Primeiro, queremos reivindicar mais uma audiência pública para o Centro de São Paulo. Minha fala vai ser breve nesse ponto pelo seguinte: o Centro de São Paulo é fundamental para a nova cidade que nós queremos no futuro. Para que a Cidade continue crescendo, precisamos desenvolver o Centro de São Paulo. E, na última audiência pública sobre o Centro de São Paulo foi dito muito – eu mesmo já falei isso em outras oportunidades – sobre a Cracolândia, Santa Cecília, República, mais pouco se falou sobre Liberdade, Bela Vista, Aclimação, Cambuci, Glicério, que também são bairros que ficam no centro da cidade de São Paulo. Esses bairros são fundamentais também para o desenvolvimento de HIS – Habitação de Interesse Social.

Depois, seguindo aqui minha colinha, é o seguinte: os conselhos que serão criados no Plano Diretor. É interessante que entendamos se eles serão apenas consultivos ou deliberativos também. Porque se eles forem consultivos como se tornaram os conselhos gestores dos parques da cidade, não faz diferença, porque daí nós fazemos reuniões, conversamos, bate-papo, desenvolve alguma outra ideia, mas aí a hora que isso vai para o órgão correspondente, por exemplo, para uma Secretaria do Verde e Meio Ambiente, o que fizemos e conversamos, “ah, ok, está bom, muito obrigado, mas vamos fazer o que a gente quer”. Não é assim que as coisas funcionam.

Então para os conselhos também terem uma efetividade eles precisam ser deliberativos e não só consultivos. Porque, se não, cada um faz o que quer, porque sabemos, realmente, como as coisas funcionam aqui.

Outra coisa, é o tempo da lei. Não podemos perder muito a questão do tempo, porque, hoje, nós idealizamos essa revisão do Plano Diretor para uma cidade que imaginamos venha a ser nos próximos anos. É que a partir daí tem muitas coisas que acabam demorando e, digo isso, porque na legislação infra dessa questão, vem a Lei de Zoneamento, que vai ser junto

nesse pacote todo, mas também tem o Código de Obras se vai ter alguma alteração, a gente não pode ter lapsos temporais tão grandes para que essas legislações se desenvolvam como também não temos tempo extra, hoje eu sei que a SMU está esgotada, mas o que acontece? Essa cidade estamos imaginando agora, certo? Ou mesmo a que vai ser para os próximos anos. Mas poucos aqui nesse auditório sabem o que é aprovar um projeto na Prefeitura de São Paulo e quantos anos ele demora. Anos!

Segundo dados da Lei de Acesso à Informação, hoje, em média, estou falando em dois anos e quatro meses! Esse é o tempo médio do processo de aprovação. Então você precisa desenvolver isso para que esse tempo seja diminuído, para que a lei produza seus efeitos no tempo correto, para que a cidade não espere, não aguarde, não fique mais uma vez tendo reflexos do Plano Diretor que foi aprovado em 2014 agora. Porque, é depois de muitos anos que estamos vendo os efeitos do que está acontecendo.

Então é isso. Muito obrigado, boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, João.

Relembrando que as inscrições continuam abertas ali em cima, no acesso aqui ao teatro.

Próximo inscrito é o Sr. Arlindo Amaro, arquiteto urbanista.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde a todos.

Sou Arlindo Amaro, morador da região do Ipiranga. Eu fico pensando comigo como é que se pode fazer a Revisão de Plano Diretor sem fazer a avaliação do Plano Diretor anterior. Como é que se vai fazer uma revisão de algo que se sabe que não foi implantado? O artigo 182 da Constituição Federal de 1988 discorre sobre o orçamento da cidade. Segundo a Lei 10.257, o Estatuto da Cidade, toda cidade acima de 20 mil pessoas deveria ter um planejamento. Nas 32 subprefeituras da cidade, hoje há especialistas, dentre técnicos e arquitetos, todos com boa qualificação e que trabalham na região, mas que não são convidados para participar do planejamento dos bairros. Os Planos de Bairro estão nas gavetas dos subprefeitos, indicados pelos Vereadores, e hoje as subprefeituras são gabinetes de vereadores. Na verdade, não é o

subprefeito que cuida da cidade.

Então, apesar dos Planos de Bairro, há grandes ocupações e os bairros estão todos largados, sem acessibilidade. Com todo o respeito, quem deixa as calçadas acessíveis são os pedreiros, porque são eles que fazem as calçadas, e aí de quem reclamar. Fazer uma poda de árvore não pode, mas se uma construtora pedir, pode. Um alvará de demolição demora dois anos e, com aprovação de planta, quase três anos, mas um alvará de demolição para uma construtora sai rapidinho, em dois, três meses.

Já que a cidade de São Paulo atualmente tem apenas 106 parques, por que não melhorá-los? Um exemplo é a ciclovia de Pinheiros, na região de Pinheiros. Acabaram com o Rio Pinheiros, com o Rio Tamanduateí, com o Córrego do Ipiranga; canalizaram tudo, e água que desce deles acaba por ocupar as casas.

Para que foi construído o Viaduto Ministro Aliomar Baleeiro? Só para receber esgoto e sujeira do lençol de água que chega a um metro de altura, água parada há dias só para criar mosquito, e a subprefeitura não vê nem sabe da quantidade de entulho jogado nas ruas da cidade de São Paulo, na Lapa, na Penha, em Itaquera, em Parelheiros. Eu ando de bicicleta pela cidade e só vejo buracos. Pavimentam algumas ruas e dizem que a cidade está bem-organizada.

Planejar é preciso, mas é necessário conhecer e entender a cidade de São Paulo.

Obrigado. Um abraço a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sr. Arlindo.

Antes de anunciar o próximo inscrito, gostaria de explicar que, ao invés de anunciar até o décimo primeiro inscrito, eu anunciarei até o décimo primeiro; depois disso, nós encerraremos as inscrições, que ainda continuam abertas na entrada do auditório.

Tem a palavra o Sr. André Henrique Carvalho, morador do Ipiranga.

O SR. ANDRÉ HENRIQUE CARVALHO – Vereador Rodrigo, Vereadora Sílvia, colegas munícipes, boa tarde.

Meu nome é André e eu sou morador do Ipiranga. Sendo sucinto, hoje muito se falou de meio ambiente, algo que muito me alegra, porque é fundamental a ampliação das áreas

verdes pela instituição de parques ou ampliação dos que já existem.

Eu só gostaria de requerer que fosse feita uma emenda ao PL 127/2023, para que fosse incluído ao Anexo 2º do Quadro 7 e ao Anexo 3º, que trata da rede hídrica ambiental, do sistema de áreas protegidas e de áreas verdes e espaços livres, a criação do Parque Linear Riacho do Ipiranga, no Distrito de Cursino e no do Ipiranga, Subprefeitura do Ipiranga, que engloba entre os endereços da Rodovia dos Imigrantes

e vai até Avenida Professor Abraão de Moraes, Avenida Doutor Ricardo Jafet entre a Rua José Bento Ferreira, 27 até a Praça do Monumento. Basicamente, é isso o que eu gostaria que fosse incluído.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, André.

Estão encerradas as inscrições.

Chamo, agora, a próxima inscrita, a Sra. Luciana Travassos, UFABC e Mariana em Movimento.

A SRA. LUCIANA TRAVASSOS – Obrigada. Boa noite.

Queria só, primeiro, concordar com os que me antecederam e que falaram sobre o simulacro de participação que houve no Executivo da revisão do Plano Diretor. Esse simulacro não pode ser repetir na Câmara de Vereadores. Então, a gente precisa, de fato, que o processo participativo seja cumprido na Câmara de Vereadores e, principalmente, que a votação não aconteça no meio da madrugada com milhares de emendas que a gente não vai conseguir saber o conteúdo dessas emendas. Então, que esse processo seja transparente em todos os seus momentos.

Queria chamar atenção, especialmente relacionada a esse simulacro, ao fato de que os conselhos municipais não foram nem eles mesmos foram ouvidos dentro do Poder Executivo. As propostas da C MPU, por exemplo, não foram ouvidas como bem disse o Moreirão. Então, tem “n” propostas que vieram ou que foram elaboradas dentro do processo do Executivo e que não estão nesse projeto de lei e elas precisam ser incluídas.

É importante também que nessas próximas audiências públicas haja uma apresentação efetiva daquilo que está sendo proposto como mudança, porque a gente não pode pré-julgar que todas as pessoas saibam o que está efetivamente sendo proposto no Plano Diretor.

E, mais, o que vem aí depois que ninguém está falando, mas que vai vir com força que são as alterações na Lei de Zoneamento. Essa, sim, com uma capacidade de prejuízo muito maior até do que as mudanças estão sendo propostas nesse zoneamento atual.

Dois pontos importantes. Primeiro, a mudança nos PIUs. A gente não pode deixar passar a mudança de projeto para plano, porque o projeto demanda estudo de impacto ambiental e isso é muito importante. Segundo, é necessário aprimorar os estudos de impacto de vizinhança porque esse é um ponto chave para os nossos bairros.

E, obviamente, que haja não só um diagnóstico do que aconteceu com a cidade, mas um diagnóstico do que aconteceu com alguns instrumentos importantes, por exemplo, as ZEIS, a cota ambiental. Não há nenhuma transparência, hoje, sobre como os novos empreendimentos estão ou não cumprindo a cota ambiental. Você tem que entrar processo por processo para compreender quais foram os elementos e os parâmetros relacionados à cota ambiental.

Especialmente, são essas as questões. Obviamente, a gente precisa ficar muito atento com o processo da Lei de Zoneamento que muito provavelmente também será feita a toque de caixa e com os mesmos parâmetros e atores importantes como esse processo tem sido feito.

Obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sra. Luciana.

Registro a presença da Sra. Regina Lúcia de Souza, assessora do Secretário Ricardo Teixeira, da Secretaria de Mobilidade e Transporte; e também o Sr. Sergio Higuti, que representa o Subprefeito de Cidade Ademar.

Próxima inscrita é a Sra. Denise Delfim, Associação dos Moradores da Vila Mariana e também do conselho participativo.

A SRA. DENISE DELFIM – Boa tarde a todos.

Vou falar aquilo o que já todo mundo sabe, porque estou batendo isso há muito tempo. Primeiro, essa participação social. A participação não existe. Nós estamos participando de várias audiências e ninguém escuta a gente. Mesmo esta audiência de hoje, a gente ficou sabendo 12h30 porque um diretor da associação entrou no *site* da Câmara, porque foi muito mal divulgado.

Essa massificação que fizeram no Plano Diretor não levou em conta coisas importantíssimas da cidade: ambiental, cultural, entre outras. Aqui, na Vila Mariana, estamos dentro do eixo entre a Estação Vila Mariana e Estação Ana Rosa. Ali existe a Microbacia do Sapateiro, não levaram em conta isso.

Então, estamos vendo o impacto dessa quantidade de construção que impermeabiliza, mexe no lençol freático, e está afundando rua. Temos uma parte que é fundo de vale, a Rua Amâncio de Carvalho, Tutóia, onde temos o lençol freático aflorado e continuam licenciando obras com subsolo de garagem. Então, é muito importante que haja um estudo de impacto ambiental, coisa que não está acontecendo, sabemos. E acho, é uma ideia minha, não sou técnica, mas onde tem água, onde passa rio, onde existe lençol freático aflorado, tem de mudar o zoneamento, não pode massificar desse jeito.

Então, é essa minha observação, por favor, nos escutem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sra. Denise.

Próxima inscrita, Sra. Magda Beretta, do Cades Vila Mariana.

A SRA. MAGDA BERETTA – Boa noite a todos.

Sou Conselheira do Cades Vila Mariana, que abrange Moema e Saúde, além do Distrito da Vila Mariana, sou da Associação de Moradores e participo de vários coletivos.

Estou no terceiro mandato e ultimamente recebemos muita reclamação em relação a essas construções desenfreadas que estão acontecendo na cidade. Os munícipes estão preocupados e estão procurando esses canais de comunicação. Apresentamos várias propostas

no Plano Diretor Estratégico, tanto pela oficina presencial, quanto pelo *site*, foi quase uma centena de sugestões que fizemos. Recebemos e compilamos todas as respostas e algumas que nos disseram que seriam consideradas no Plano, não foram. Lemos todo o Plano, todas as respostas e nada do que solicitamos e sugerimos foi incorporado ao Plano.

Temos vários problemas. Um dos grandes problemas que trago como exemplo é a questão de que podemos ficar sem água no Lago do Ibirapuera, por causa de construções nas nascentes do Guariba que alimentam o Ibirapuera. O povo está realmente preocupado com isso e estamos nos organizando para apoiar, no ano que vem, na eleição, quem nos apoia atualmente. Então, estamos de olho, estamos nos organizando, olhando quem são os políticos que estão nos apoiando e quem são os políticos que não estão nos apoiando. Ano que vem tem eleição e estamos atentos e dizendo para quem está lá na frente que fique atento, porque ano que vem tem eleição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sra. Magda.

Próximo inscrito, Sr. Iran Mazonaro.

O SR. IRAN MAZONARO – Boa tarde, Vereador Rodrigo Goulart, já nos conhecemos de longa data. Boa tarde, Vereadora Silvia, prazer em conhecê-la, talvez tenhamos nos encontrado já numa das audiências que participei. Boa tarde a todos.

Venho aqui como munícipe e a minha agenda, como sempre, a de muitos dos meus amigos que estão aqui, é o Parque Burle Marx. Poderia falar uma série de considerações sobre o Parque Burle Marx, mas muito já foi dito, o essencial já foi dito pelos meus colegas.

Então, gostaria de ficar numa citação que consta da carta enviada por nós, do Movimento SOS Panamby, para o Governador e para o Prefeito da Cidade, o Governador Tarcísio de Freitas e o Prefeito Ricardo Nunes, sobre a importância do Parque Burle Marx para a nossa cidade de São Paulo.

Entre outras coisas, foi descoberto no Parque Burle Marx, além de toda a riqueza da flora e fauna que se conhece e o ambiente extraordinária, um animal de espécie endêmica, o único animal no mundo desenvolveu-se, provavelmente há milênios, no Parque Burle Marx:

Trata-se do *Adelopoma Paulistanum*, um novo caramujo, jamais visto antes no Planeta Terra!

Segundo os cientistas Cláudio Mantovani Martins e Luiz Ricardo Simone, com publicações em Londres, na Itália, nos Estados Unidos e outros países, mundo afora, trata-se de uma nova espécie, inédita. “Uma nova espécie como essa pode eventualmente trazer, por exemplo, a cura para alguma doença humana que ainda não tenha tratamento apropriado”.

Há de ser preservada por ser endêmica. Se as construtoras conseguirem edificar, haverá um desastre ambiental e esse caramujo poderá desaparecer, ele que só existe naquele lugar. Isso porque, além do desmatamento do entorno do Parque Burle Marx ser o maior desmatamento da história recente de São Paulo, haverá o risco de extinção dessa nova espécie de animal descoberta na área.

Como se não bastassem aves raras, como o pavó, o gavião-pombo e tantas outras, segundo os laudos dos ornitólogos Pedro Develey e Ricardo Gosciny, há centenas de outras ainda que poderão ser descobertas. Isso tudo envolto com árvores raríssimas como a caneleira, ameaçada de extinção, o pau jacaré, o palmito jussara, uma diversificada Mata Atlântica em muito mais que pode se observar dos seus entornos.

Portanto, há razões de sobra para que preservemos o Parque Burle Marx e, sobretudo, para que o ampliemos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sr. Iran.

Próximo inscrito é o Sr. Airton Lima Galvão Pereira, munícipe do Jabaquara.

O SR. AIRTON LIMA GALVÃO PEREIRA – Boa tarde a todos.

Eu sou morador do Jabaquara, sou metroviário. Inclusive hoje está havendo audiência na Assembleia Legislativa, a companheira deve estar ciente disso, a Vereadora, quanto à privatização da CPTM, e a gente também está na luta contra a privatização do Metrô de São Paulo.

Eu preferi vir hoje para fazer uma reivindicação já antiga dos moradores do Jabaquara, não sei se aqui tem alguém que também seja morador do Jabaquara: a continuação

da obra da Av. Água Espraiada, hoje chamada Av. Roberto Marinho. Para quem não sabe, é de suma importância a continuação dessa obra para o Município de São Paulo pela questão de logística, pela questão da melhoria do bairro Jabaquara, para desenvolvimento da logística da região inclusive, porque ali desafoga para o Porto de Santos, encontra com a Rodovia dos Imigrantes.

O projeto inicial era finalizar a obra na Rodovia dos Imigrantes, para quem não sabe, e essa continuação não foi feita até hoje. Passou de um Prefeito para outro, um empurra para outro, e nada foi levado adiante. Mas é de suma importância a continuação dessa obra para o Município de São Paulo.

A região do Jabaquara é muito carente e essa melhoria vai desenvolver bastante não só a questão da logística, mas também a infraestrutura do bairro do Jabaquara e os entornos.

Portanto, gostaria de pautar essa reivindicação, que é antiga, da obra da Água Espraiada, que tinha projeto inclusive de um túnel, que depois foi modificado e me parece que aumentaram a quilometragem desse túnel, depois diminuíram, enfim, está esse jogo de empurra até hoje, ninguém toma a iniciativa.

Inclusive, foram construídos prédios, moradias populares na região, para realocar o pessoal que mora nas favelas do entorno, por onde vai passar o trajeto. Ainda tem o projeto de um parque linear para essa região, e nada foi levado adiante.

Os prédios estão lá abandonados; muita gente morando em favela na região da Alba, precisando de moradia, e os prédios estão abandonados até hoje. É incrível isso. Como se dão ao luxo de abandonar um prédio construído pela prefeitura, enquanto tem muita gente morando na favela e precisando de moradia. Está lá para quem quiser ver. É só se deslocar até o Jabaquara para ver o que estou falando.

Então, essa obra é de suma importância para o município de São Paulo, não só para a região do Jabaquara, mas para todo o município de São Paulo. Quem chega do litoral e vem para São Paulo poderia pegar a Água Espraiada, por exemplo, em vez de acessar a Avenida dos Bandeirantes.

Então, é questão logística, questão de infraestrutura e melhoria para a cidade de São Paulo.

Esse é o projeto que eu queria apresentar. Vim hoje para apresentar essa proposta e para ver como a gente pode se enquadrar nessa questão dessa melhoria.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – A próxima fala é do Sr. Davi Praça, munícipe.

O SR. DAVI PRAÇA – Boa tarde, Vereador e Vereadora; todos os presentes.

Quero cumprimentar algumas pessoas do PVS, do Conseg, que participam das reuniões com a gente; minha colega de Conselho da OAB/SP, Dr. Delmanto; Denise Delfim.

Eu queria pegar um gancho, Vereador, na fala da Denise Delfim, e complementar com relação à estrutura que a gente vem tendo no bairro e, também, na revisão do Plano Diretor. Eu, inclusive, conversei sobre isso na Casa Civil na semana passada. A gente vem tendo, por conta do desmembramento de alguns serviços da Subprefeitura, como Tapa Buraco, Psiu etc., um problema no bairro da Vila Mariana em que a Vila Mariana não conversa com setores, e, durante as apresentações das reclamações a Sub não consegue atuar. Não há, hoje, um planejamento, por exemplo, da equipe do Tapa Buraco ou do asfaltamento no bairro, o que vem fazendo, como já foi falado por um arquiteto e pela Denise, diversos problemas de estrutura na via, nas malhas do bairro. Isso vem se agravando com o que também já foi dito: a construção de vários prédios sem necessariamente a gente ter um estudo de impacto.

Esse estudo de impacto – eu gostaria de perguntar aos Vereadores – se foi feito ou se vai ser feito aqui no bairro, por conta dessas diversas construções de prédios. Impacta, também, no seguinte – ela bem falou que aqui temos córregos, rios, um solo muito variável, e, infelizmente, até hoje, a gente não teve uma revisão do Plano Diretor no sentido de analisar o impacto de veículos pesados no bairro. Então, toda vez que passa um ônibus circular, um caminhão bem pesado, as casas balançam. Isso vem fazendo duas coisas: mexe na estrutura das casas que, obviamente, quando foram construídas na Vila Mariana, a gente não tinha essa

quantidade de veículos no município de São Paulo nem esse peso que a gente tem, por exemplo, nos ônibus circulares hoje; balançam as casas, mexem na estrutura, causam rachaduras e causam, também, a perda do valor econômico desses imóveis.

Então, eu queria trazer, novamente, esses dados a V.Exas. para que, na revisão do Plano Diretor, isso possa ser considerado; que seja feito um estudo para reduzir a permissão de circulação desses veículos pesados no bairro, bem como o estudo de impacto, também, dos prédios, haja vista o que a gente já tem hoje de falhas da CET, do atendimento, dos semáforos quando chove e de toda infraestrutura do bairro que é muito carente.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – A próxima e última inscrita é a Sra. Cristiane Amaral, munícipe e arquiteta.

A SRA. CRISTIANE AMARAL – Boa tarde.

Estou um pouco nervosa. Eu agradeço pelo espaço de fala. Meu nome é Cristiane Amaral, sou arquiteta, mestre em inovação no tema vertical *farming*, agricultura *indoor*.

Existe uma lacuna enorme na legislação sobre produção de alimento na cidade, na agricultura urbana. O alimento, a meu ver, deve ser produzido na cidade, cidades inteligentes, e uma cidade como São Paulo não ter espaço nem legislação que incentive a produção de alimento é uma questão muito grave. Produção indoor, vertical, hortas e pomares, não só em edifícios, mas em praças públicas, escolas, residências e parques, como o Parque Burle Marx, paisagista cujo trabalho eu admiro e apoio muito, assim como apoio o cuidado com as águas, não só na Vila Mariana, onde eu moro desde a infância, mas na cidade como um todo. Apesar de serem ignoradas, as águas são necessárias para a produção agrícola.

Por isso, eu venho pedir um espaço na legislação e o apoio da população a um assunto tão importante, porque é inadmissível a população ter fome enquanto há perda de alimento causada por tombos e por mudança de trajetos dos transportes ou nas feiras livres, onde a gente vê alimentação de boa qualidade sendo jogada fora.

Então, é necessário também um projeto, uma lei incentive a redução do desperdício

nas feiras livres. Acho que é um assunto muito importante e precioso em um momento tão difícil do Planeta, não só desta cidade, desta metrópole.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sra. Cristiane.

Encerradas as inscrições, passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa noite a todos, todas e todes que estão presentes nesta audiência pública.

Primeiramente, sobre a participação social, e já que muitas pessoas abordaram esse tema, eu começo refletindo o que é a participação social, que não tem a ver apenas com a quantidade de pessoas e com a qualidade, mas também com a voz que está aqui presente ser ouvida e acatada. Eu acho que as reclamações aqui feitas são no sentido de saber se as nossas vozes serão ouvidas, se as coisas que estamos reivindicando farão parte do relatório final, se não seremos atropelados pelas votações. São questionamentos muito válidos, e nós estamos exatamente nessa batalha não só para que haja mais pessoas participando, mas para que suas vozes sejam ouvidas e acatadas nesse relatório e, finalmente, na votação do projeto de Revisão do Plano Diretor.

Sobre o tema mais abordado hoje, os parques, no projeto de 2014, foi proposta a criação de 167 parques na cidade de São Paulo. Neste processo de Revisão, estão sendo propostos 141 parques. No entanto, eu não quero me ater à quantidade, mas ao fato de, do total de 167, somente 11 parques terem saído do papel desde 2014. Neste projeto de Revisão, portanto, nós poderemos ter 141 parques, mas quantos sairão do papel?

Entramos na questão do financiamento. É preciso ter recursos para a criação de parques. Para tanto, vou entrar no debate sobre o Fundurb – citado por uma companheira aqui –, cujo dinheiro serve, sim, para a criação de parques; uma de suas finalidades é exatamente a criação de parques. Porém, o dinheiro do Fundurb, 1,8 bilhão de reais, além de estar há muito tempo parado, o Prefeito está querendo, como destino desse dinheiro, o recapeamento de vias.

Vejam, recapeamento de vias não pode ser finalidade do Fundurb. Recapeamento

de vias tem que ser feito com os recursos das subprefeituras, mas não com o dinheiro do Fundurb. Fundurb tem que ser para moradia popular, para mobilidade urbana, para a questão da regularização fundiária, criação de parques e da infraestrutura que possa trazer qualidade de vida para a população.

Então, primeira coisa é isso: precisa, sim, destino de recursos para a criação dos parques, para que os parques efetivamente possam sair do papel. Vejam, lutar por um parque ou pela ampliação de um parque não é uma luta de satisfação das pessoas que moram no entorno dos parques. É óbvio que vai melhorar imediatamente a vida de quem mora lá perto, vai ter opção de lazer, vai ter opção de área verde. Porém, quando a gente luta pelos parques na cidade de São Paulo, nós estamos lutando para uma coletividade, porque quando a gente tem... (Palmas)

Quando a gente tem parques, nós estamos aumentando as áreas permeáveis da Cidade, nós estamos evitando alagamentos e nós estamos contribuindo contra a crise climática. Nós estamos sendo afetados, não somente nós, mas nossos descendentes serão afetados por essa emergência climática. Então preservar os parques, lutar pela ampliação dos parques tem a ver conosco, que estamos aqui hoje, mas tem a ver também com os que virão. Então lutar por uma cidade que seja menos concretada e que tenha mais áreas verdes é lutar pela preservação da natureza e pela preservação da nossa própria espécie. Nesse sentido, eu estou aqui me colocando à disposição e solidária para que a ampliação do Parque Burle Marx seja incluída no Quadro 7. (Palmas)

Mas, mais do que isso, eu estive conversando aqui com o meu colega Rodrigo Goulart, que é o Relator, responsabilidade dele, que vai ser de fazer o relatório. Ele também está favorável, depois ele vai falar, obviamente, a opinião dele, mas nós temos uma questão que é a questão das construtoras. Então nós temos que ver como que a ampliação do Parque Burle Marx não seja uma coisa que vai beneficiar indiretamente essas construtoras, que vocês disseram aqui que é a Camargo Corrêa e a Cyrela.

Vejam, muitos dos parques que estão incluídos no Quadro 7 inclusive estão em áreas

que já são de ocupações irregulares. O povo, quando ocupa, gente, ocupa as terras de forma irregular, ele ocupa porque precisa. Ele não escolhe, “ah, eu vou ocupar aqui porque é um parque”. Não, não é isso. Mas quando ele ocupa as áreas irregulares, é porque está faltando política de moradia popular na cidade de São Paulo. Então, quando a gente fortalece a política de moradia popular, a gente está indiretamente também preservando a natureza.

Só que a questão das construtoras, quando as construtoras compram essas áreas verdes, elas não estão preocupadas com moradia popular, elas estão fazendo especulação imobiliária, que é deixar o lugar lá valorizando para depois ela fazer uma negociação. O que essas construtoras querem? Elas querem negociar, elas querem dinheiro. O que nós precisamos ver? Como que essa ampliação do Parque não vai de alguma forma favorecer as construtoras. Eu estava conversando aqui com o Vereador Rodrigo para a gente ver uma fórmula de isso estar presente no Quadro 7 sem que as construtoras saiam dessa negociação milionárias. (Palmas)

O nosso compromisso – vou falar em meu nome – é dessa ampliação do Parque Burle Marx estar presente no Quadro 7.

Sobre a questão da Vila Mariana, que também foi falada aqui, nós estamos na Vila Mariana, as companheiras também já participaram de outras audiências públicas e eu acho que a grande questão aqui é os eixos, porque os eixos são uma ideia importante, interessante, porque é o adensamento nas regiões de eixo para que esse adensamento não se expanda inclusive para os cinturões verdes, então é uma forma de preservar a natureza. Porém os eixos têm sido destinados não para quem mora perto do metrô, para quem trabalha perto do metrô; têm sido destinados também para que as construtoras construam estúdios, construam apartamentos para quem não precisa do transporte público.

Então a gente precisa ter mecanismos dentro da revisão do PDE para a gente controlar, ter a regulação, e que as construtoras não podem fazer o que querem. E mais, nós precisamos ficar atentos porque, na Lei de Zoneamento, que virá logo mais, que já era para ter vindo, porque nós não queremos fazer o debate da Lei de Zoneamento concomitantemente com o debate da revisão do Plano Diretor exatamente porque, apesar de serem duas leis correlatas,

uma decorre da outra.

A Lei de Zoneamento decorre da diretriz do Plano Diretor; mas nós precisamos ficar atentos, atentas, para que as construtoras não avancem para os miolos dos bairros na Lei de Zoneamento. O adensamento não pode entrar nos bairros, porque isso pode prejudicar muito mais, além de mais concretamento, mais adensamento, em lugares onde também tem de se preservar a história e a memória da cidade de São Paulo.

E queria parabenizar a organização do pessoal que veio uniformizado, organizado, com camiseta. É assim que a população vai conseguir interferir.

Por último, eu só queria dizer que eu sou professora da rede municipal de ensino e a primeira escola onde trabalhei foi no Capão Redondo. E eu gostei da intervenção da Amanda, que falou sobre a questão de ser uma região com alta vulnerabilidade social. Portanto, se conseguirmos a ampliação do Parque Burle Marx, seria importante ter mecanismos para a população do Capão Redondo poder frequentar o parque. Que os meus alunos lá do Capão possam frequentar, que haja ônibus gratuito de final de semana, para que a população possa se apropriar de um instrumento e de um local de preservação da natureza.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado a todos pela participação. Gostaria de cumprimentar, mais uma vez, os representantes dos que nós enviamos convites: Sr. Guilherme Brito, Diretor de Divisão da Planurb, representando o Secretário Marcos Gadelho; da Sra. Aline Torres.

Quero cumprimentar todos os funcionários da Biblioteca Municipal Viriato Corrêa pela cessão do espaço e pelo trabalho acompanhando a audiência; também os Srs. Ricardo Teixeira; Regina, da assessoria; Luis Felipe Miyabara; Magal Guerra, chefe de gabinete; Alan Amaral, Subprefeito de Campo Limpo; Marcia Dias, de CPDU; Rogério Balzano, Subprefeito de Cidade Ademar; Leonardo e Sergio Iguti; Thamyris Nagell. Subprefeita de Santo Amaro; e a assessoria do Vereador Adilson Amadeu.

Primeiro, pessoal do SOS Panamby, é um prazer reencontrá-los. Já tivemos grandes

batalhas juntos, uma grande vitória na questão das *dark kitchens*, de que eu estava lembrando com a Vereadora Silvia, um movimento que já vinha desde lá de trás, uma grande vitória do movimento, sempre organizado.

Acho que a Vereadora Silvia sintetizou bem o nosso papel, vocês sabem do quanto eu já venho falando do assunto. A primeira a me abordar não só nesse caso, mas também no das *dark kitchens*, foi a Dona Beth, da Di Gaspi, que é vizinha de vocês; também o Roberto Delmanto, com quem a gente tem falado muito; além de outros amigos também.

A gente tem trabalhado uma forma de como preservar, ampliar o parque, seja da forma que for, mas não encobrindo – vamos dizer assim – interesses diretos. Vocês sabem muito bem do que a gente fala: da demanda do Fundo, da demanda das construtoras, do porquê eles também agora estão já defendendo a ampliação do Parque.

Então, a gente tem estudado tecnicamente a melhor forma de fazer isso, e caberá a este Vereador, não só nesse caso, mas em todos os outros que foram colocados aqui, sintetizar tudo o que foi falado.

As contribuições dessas 55 audiências públicas; dentre elas, as regionais, as temáticas e também as gerais, que estão acontecendo, na Câmara, todas elas a partir de um requerimento aprovado, na nossa Comissão de Política Urbana, da Vereadora Silvia, com transporte público gratuito para os munícipes que têm interesse em se dirigir até as audiências. Também há a garantia, em cada uma das 32 subprefeituras, de um ponto de acesso, para que possa ser feita a contribuição, por meio do *site* da Câmara, um *site* específico para as contribuições aqui da revisão do Plano Diretor; e o meu papel é esse, de escutarmos, escutarmos, escutarmos e sintetizarmos, da melhor forma possível, essas contribuições.

Então, em tudo o que for possível, não tenham dúvidas do esforço deste relator, assim como de toda a nossa comissão. As demais comissões temáticas são seis. Então, teremos, além de mim, relator, mais seis outros relatores de cada uma das comissões, e muito do que já estamos tratando nesse pré-relatório, vamos dizer assim, entra muito nessa questão ambiental, que foi a base aqui do discurso de - senão todos - a grande maioria, não só da questão

do Parque Burle Marx, como a questão da drenagem, da área permeável. Então, estamos estudando possibilidades, para que se possa aprimorar esse projeto. Temos as questões de mobilidade também, o investimento do Fundurb, a questão do Fundurb, para incluir aí mais uma prioridade, que foi a questão do asfaltamento, que está suspenso hoje na Câmara.

Então, são diversos os temas que temos trabalhado, mas o Ricardo, também aqui falou sobre a questão da Mata Atlântica. Minha pós-graduação é na Esalq. Eu não sei onde você se formou, mas eu tenho também essa grande preocupação. Eu brinco aqui que não gosto da cor verde, mas está todo mundo na mesma sintonia aqui, na preservação do meio ambiente. Não tenham dúvida de que será uma das nossas prioridades. Acho que essa grande discussão do quadro 7 é muito puxado aqui pelo movimento SOS Panambi, mas nós vemos aqui...

Guilherme, a maior contribuição foi na questão do quadro 7, no processo participativo? (Pausa) Então, com certeza, puxado pelo SOS Panambi, também outros municípios colocaram as suas contribuições totalmente voltadas aqui para a questão do meio ambiente. Temos discutido bastante e eu acredito que nós teremos aí a melhor forma de se aprimorar esse texto enviado pelo Executivo. Acho que é um texto que poderia ter avançado mais em alguns temas, mas sabemos também das limitações. Estamos num processo de revisão intermediária do plano. Não é um Plano Diretor novo. Nós teremos aí a previsão de um Plano Diretor novo só em 2029.

Então, acho que por isso não teremos todos os avanços necessários. Foi apresentada aqui por alguns municípios também que se colocaram a questão do zoneamento. É uma questão que não estamos discutindo no momento. Havia uma previsão e um compromisso do Executivo em ter enviado. Ainda não enviou. Há aí uma expectativa, para que envie, mas, deixo muito claro aqui para todos vocês que as discussões não ocorrerão nas mesmas audiências públicas. Então, nós discutiremos aí a grande parte. A gente não sabe ainda que vem e qual texto vem, mas grande parte já com a revisão do Plano Diretor votado e sancionado possivelmente.

Então, era isso que eu tinha para falar. Nós teremos ainda mais muitas audiências

públicas. Estamos na 11ª aqui da nossa comissão. Teremos mais 14 na nossa comissão, fora as demais comissões temáticas da Câmara e tenho certeza de que nos falaremos muito até a apresentação desse relatório por este Vereador e a aprovação aqui na nossa Comissão de Política Urbana.

Agradeço, mais uma vez, a participação de cada um. É muito importante a participação democrática da sociedade e é por isso que estamos aqui. Essa é a segunda audiência pública na região Sul. Teremos mais uma da Comissão de Política Urbana e as haverá muitas comissões temáticas aqui na zona Sul. É importante a gente colocar que, no CEU Parelheiros, nós teremos duas audiências públicas no mesmo local. Então, isso é para mostrar que temos sim caminhado nas mais diversas regiões da cidade, ouvindo a população.

Então, nada mais havendo a tratar, dou por encerrada essa audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, desejando a todos uma ótima noite.

Muito obrigado. (Palmas)